

FABIOLA ALBUQUERQUE LOBO

MULTIPARENTALIDADE

EFEITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

2021 © Editora Foco
Autor: Fabiola Albuquerque Lobo
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgina Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima
Impressão miolo e capa: GRAFNORTE

1186192

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

L799m Lobo, Fabiola Albuquerque
Multiparentalidade: efeitos no direito de família / Fabiola Albuquerque Lobo. -
Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2021.
192 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui índice e bibliografia.
ISBN: 978-65-5515-218-0
1. Direito. 2. Direito de família. 3. Multiparentalidade. I. Título.
2021-227 CDD 342.16 CDU 347.61

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito de família 342.16 2. Direito de família 347.61

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (01.2021) – Data de Fechamento (01.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Nove de Julho, 1779 – Vila Areal
CEP 13333-070 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
PREFÁCIO MULTIPARENTALIDADE E SEUS DESAFIOS.....	VII
APRESENTAÇÃO.....	XI

PRIMEIRA PARTE
RESGATE HISTÓRICO DA FILIAÇÃO
NO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 – RECONHECIMENTO JURÍDICO PROGRESSIVO DA FILIAÇÃO NO BRASIL.....	3
1.1 Efeitos jurídicos do casamento no Código Civil Brasileiro de 1916.....	6
1.2 Efeitos jurídicos da filiação no Código Civil Brasileiro de 1916	9
CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO.....	15
2.1 A constitucionalização do direito civil.....	15
2.2 A constitucionalização e seus impactos no direito de família brasileira	18
2.3 Princípios constitucionais aplicáveis às relações de família	20
2.3.1 Princípio jurídico da afetividade.....	22
2.3.2 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	23
2.3.3 Princípio da paternidade responsável.....	25

SEGUNDA PARTE
RELAÇÕES DE FILIAÇÕES SOCIOAFETIVAS

CAPÍTULO 3 – DA CLÁSSICA PRESUNÇÃO <i>PATER IS EST</i> À SUA RECONFIGURAÇÃO...	29
CAPÍTULO 4 – DISTINÇÃO ENTRE ESTADO DE FILIAÇÃO E ORIGEM GENÉTICA E A ESTREITA RELAÇÃO COM AS ESPÉCIES DE FILIAÇÕES SOCIOAFETIVAS	33
4.1 Filhos provenientes da adoção.....	33
4.2 Filhos provenientes da utilização das técnicas de reprodução assistida heteróloga.....	35
4.3 Filhos provenientes da posse de estado	41

CAPÍTULO 5 – A SOCIOAFETIVIDADE E OS IMPACTOS NAS PRETENSÕES NEGATÓRIAS E INVESTIGATÓRIAS DE PATERNIDADE	45
CAPÍTULO 6 – O DIREITO AO RECONHECIMENTO DO ESTADO DE FILIAÇÃO	57
CAPÍTULO 7 – PARENTESCO POR AFINIDADE: SINGULAR, SOCIOAFETIVO OU MULTIPARENTAL?.....	61

TERCEIRA PARTE MULTIPARENTALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

CAPÍTULO 8 – SURGIMENTO● DA IDEIA DE MULTIPARENTALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.....	69
CAPÍTULO 9 – AFIRMAÇÃO DA MULTIPARENTALIDADE COM BASE NA TESE 622 DO STF	73
9.1 Fundamentos do voto condutor no STF.....	78
9.2 Fundamentos do voto divergente no STF.....	80
9.3 Argumentos encontrados nos demais votos dos ministros do STF	82
CAPÍTULO 10 – REPERCUSSÃO NA DOCTRINA DA TESE 622 DO STF	85
CAPÍTULO 11 – EFEITOS DECORRENTES DA MULTIPARENTALIDADE	89
CAPÍTULO 12 – REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA APLICAÇÃO DA MULTIPARENTALIDADE.....	95
CAPÍTULO 13 – RELAÇÕES EXISTENCIAIS E A MULTIPARENTALIDADE.....	101
CAPÍTULO 14 – RELAÇÕES EXISTENCIAIS INCOMPATÍVEIS COM A MULTIPARENTALIDADE.....	109
14.1 A gestação de substituição (cessão temporária do útero) e a multiparentalidade	112

QUARTA PARTE A MULTIPARENTALIDADE NO ESTADO DE LOUISIANA (EUA) E NO BRASIL

CAPÍTULO 15 – A MULTIPARENTALIDADE NO ESTADO DE LOUISIANA (EUA)	123
15.1 As presunções de paternidade na legislação civil do Estado de Louisiana (EUA)	124
15.2 Reflexões doutrinárias da experiência do Estado de Louisiana (EUA) sobre a multiparentalidade	126
CAPÍTULO 16 – DA RELAÇÃO BINÁRIA DE FILIAÇÃO À MULTIPARENTALIDADE: TRANSIÇÃO NECESSÁRIA NO BRASIL?	141

CAPÍTULO 17 – SOLUÇÕES EXISTENTES NO DIREITO BRASILEIRO ANTE O DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES PARENTAIS: DISPENSA DA MULTIPARENTALIDADE?	145
CONCLUSÃO.....	153
ANEXO.....	159
REFERÊNCIAS.....	163